

V SIANCO



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE COGNITIVA 15 a 19 de setembro de 2025

Temática: O campo multirreferencial da Análise Cognitiva: Tendências e desafios na atuação profissional

Organização Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento



RESUMO EXPANDIDO

EIXO TEMÁTICO: Meio ambiente e saúde

Insegurança alimentar: Programas e Políticas públicas no Brasil de combate à fome

Andressa Barreto Lima¹ Vera Ferreira Andrade de Almeida² Rosemary do Nascimento Porto Bragança³ Clícia Maria de Jesus Benevides⁴

Introdução

A insegurança alimentar no Brasil é uma grave expressão da desigualdade social, resultante não só da falta de alimentos, mas de fatores estruturais como pobreza, desemprego e desigualdade regional. Apesar dos avanços nas últimas décadas, a insegurança alimentar aumentou recentemente, agravada por crises econômicas e pela pandemia de COVID-19, afetando mais de 33 milhões de brasileiros (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022).

As políticas públicas de combate à fome no Brasil são ações e programas desenvolvidos em diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e pela sociedade civil, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada e reduzir a insegurança alimentar e nutricional. Essas políticas abrangem desde a transferência de renda até o apoio à produção de alimentos e a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Desse modo, Políticas públicas e programas sociais, como o Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de

¹ Professor^a no departamento de Ciências da Saúde (UNIFACS), Nutricionista, Doutorando do Programa de Pós Graduação de Difusão do Conhecimento (PPGDC); email: addressabl.prof@gmail.com

² Professor^a Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Nutricionista, Doutorando do Programa de Pós Graduação de Difusão do Conhecimento (PPGDC); email: vfalmeida@uneb.br

³ Professor^a do Centro Estadual de Educação Profissional Empreende Bahia, Nutricionista, Doutorando do Programa de Pós Graduação de Difusão do Conhecimento (PPGDC); email: rosemaryporto@gmail.com

⁴ Professor^a Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Engenheira de Alimentos, Pós Doutora em Química Analítica; email: cbenevides@uneb.br

Aquisição de Alimentos (PAA), e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), dentre outros são essenciais para mitigar a fome e promover a segurança alimentar, atuando de forma integrada para garantir o direito à alimentação, fortalecer a agricultura familiar e reduzir a pobreza. Este trabalho analisa esses programas, seus impactos e desafios, ressaltando a necessidade de estratégias duradouras que envolvam Estado, sociedade civil e cooperação federativa para assegurar justiça social e cidadania alimentar.

Método

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, visando analisar criticamente os principais programas de combate à fome implementados no Brasil nas últimas décadas. O estudo se ancora em referenciais teóricos interdisciplinares que envolvem os campos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), políticas públicas, direitos humanos e desenvolvimento social. A metodologia empregada compreende uma revisão integrativa da literatura, buscando sistematizar dados e reflexões sobre programas governamentais como o Fome Zero, o PNAE, o PAA, o Bolsa Família, e o mais recente Bahia Sem Fome, implementado pelo Governo do Estado da Bahia. A análise inclui documentos oficiais, relatórios institucionais, artigos acadêmicos e legislações pertinentes.

A escolha dessa abordagem metodológica permite identificar avanços, limitações e lacunas nas estratégias governamentais de enfrentamento à insegurança alimentar no Brasil, bem como refletir sobre a necessidade de políticas públicas integradas, intersetoriais e sustentáveis, voltadas para a promoção do direito humano à alimentação adequada.

Aspectos históricos das políticas de combate à fome

As políticas públicas de combate à fome no Brasil ganham um novo desenho contemplando a segurança alimentar e a soberania alimentar na perspectiva de combater todos os tipos de insegurança alimentar. Assim, o Programa Fome Zero foi estruturado com base em eixos importantes, como transferência de renda,

fortalecimento da agricultura familiar, acesso a água e políticas de alimentação e nutrição (Aliaga, Dos Sandos, Trad, 2019; Ximenez, 2023). O programa Fome zero contempla várias ações que atuam em sinergia para combater a fome e promover segurança alimentar e nutricional (Tabela 1).

Tabela 01: Principais programas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Programa	Ano de Criação	Objetivo Principal	Fundamento Legal/Teórico
Bolsa Família	2003	Transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Condicionado à frequência escolar e acompanhamento de saúde (vacinação, pré-natal etc.).	Brasil, 2004; Soares, 2010.
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	1955 (fortalecido em 2009 com a Lei nº 11.947)	Oferecer alimentação escolar saudável, garantir permanência na escola e assegurar o direito humano à alimentação adequada. Exige que 30% dos recursos sejam destinados à agricultura familiar.	Brasil, 2009; FNDE, 2022.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos	2003	Adquirir alimentos da agricultura familiar para abastecer instituições públicas e redes socioassistenciais, promovendo o desenvolvimento local e o acesso à alimentação adequada.	Da Silva; Barim; Murta-Nascimento, 2025.
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	2006 (com a criação da LOSAN e SISAN)	Promover segurança alimentar e o direito à alimentação adequada. Valoriza agricultura familiar, agroecologia, biodiversidade, e a cultura alimentar dos povos tradicionais.	Recine; Vasconcellos, 2011; Brasil, 2010.
Bahia Sem Fome	2019	Garantir acesso à alimentação adequada para famílias em situação de insegurança alimentar na Bahia, por meio da articulação de políticas públicas, aquisição de alimentos da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional.	Governo do Estado da Bahia, 2019; Secretaria de Desenvolvimento Social da Bahia, 2021.

Fonte: Produzido pelas autoras (2025)

Apesar dos avanços na implementação de políticas públicas para a redução da insegurança alimentar, conforme a Tabela 1, a fome ainda é uma realidade para milhões de brasileiros, e o combate a ela exige um esforço contínuo e integrado, envolvendo ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, geração de emprego e renda, além de investimentos em saúde e educação. Ainda, o combate à fome no Brasil enfrenta desafios como a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de governo e setores da sociedade, a superação de

desigualdades regionais e a garantia de recursos financeiros para a execução das políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução da fome no Brasil depende de uma abordagem integrada que vá além da transferência de renda e da oferta de alimentos, incorporando práticas como o aproveitamento integral dos alimentos, que valoriza a minimização do desperdício e potencializa o valor nutricional das refeições. O fortalecimento das políticas públicas, aliado ao reconhecimento e à valorização do conhecimento tradicional das comunidades, assim como articulações para minimizar os desafios inerentes ao combate a fome, pode ampliar a eficácia das ações de segurança alimentar, promovendo soluções contextualizadas e sustentáveis. Além disso, o incentivo à agricultura familiar é essencial para garantir o acesso a alimentos frescos, saudáveis e diversificados, fortalecendo circuitos locais de produção e consumo. O uso adequado dos recursos hídricos, especialmente em regiões vulneráveis, deve ser priorizado para assegurar a sustentabilidade dos sistemas produtivos e a preservação ambiental, contribuindo para um cenário de segurança alimentar mais justo e duradouro.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Marie Agnès; DOS SANTOS, Sandra Chaves; TRAD, Leny Alves Bomfim. Política(s) de segurança alimentar e nutricional: narrativas de líderes e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 124-136, 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023. Institui o Plano Brasil Sem Fome, estabelece sua estrutura e diretrizes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 1 set. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11679.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Fome**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)**. Brasília: MDS, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/assuntos/seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família: uma síntese da experiência brasileira**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

DA SILVA, Vanessa Cristina; BARIM, Estela Maria; MURTA-NASCIMENTO, Cristiane. Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional: análise dos instrumentos de planejamento nacional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, e350106, 2025.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: FNDE, 2022.

RECINE, Elisabetta; VASCONCELLOS, Ana Beatriz. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 73-79, 2011.

REDE PENSSAN – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SILVA, Josué de Castro. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOARES, Fábio Veras. O Programa Bolsa Família: sucessos e desafios. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Laura Tavares (orgs.). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2010. p. 21-48.

SOUSA, Herbert de. Fome: questão política, não natural. In: _____. **Betinho: a esperança equilibrista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004. p. 61-68.

XIMENEZ, Mariane Cordoba. Políticas públicas para o combate à fome no Brasil: uma revisão de literatura. **Interference Journal**, v. 9, p. 12-20, 2023.